

**O PORTUGUÊS (NÃO) VEIO DO LATIM:
UM PROBLEMA FILOLÓGICO**

Adílio Junior de Souza (UFPE)
adilivs@gmail.com

RESUMO

Este estudo discorre sobre as noções de *línguas vivas e mortas* a partir do que estabeleceram D. Francisco de S. Luiz Saraiva (1837) e Francisco António de Campos (1843) ainda no século XIX. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter filológico, em que se admite a classificação de línguas em *vivas, mortas e extintas* (COUTINHO, 1981). O estudo aborda dois problemas fundamentais: a defesa que muitos fazem de que a origem do português está ligada ao galego e não ao latim vulgar. Entre os autores, citemos Bagno (2010) e Lagares (2008). Para eles, o português se originou do galego, já este é que veio de uma variedade românica do latim vulgar formada na península ibérica. Diferentemente do que defendem: Diez (1863), Said Ali (1921), Vasconcellos (1911), Coutinho (1981), Ilari (2018) e Bassetto (2005), que admitem que a base da formação do português é o próprio *sermo vulgaris*. Há uma relação explícita entre a perspectiva de Bagno e Lagares e a tese defendida por Saraiva (1837). Por outro lado, a posição dos demais autores segue a tese de Campos (1843). Desse embate, mantemos a defesa de que as línguas românicas derivaram do latim corrente que se espalhou pelo vasto império romano.

Palavras-chave:

Filologia. Latim. História da Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This study discusses the notions of *living and dead languages* based on what D. Francisco de S. Luiz Saraiva (1837) and Francisco António de Campos (1843) established in the 19th century. This is a philological bibliographical research, in which the classification of languages into *living, dead and extinct* is admitted (COUTINHO, 1981). The study addresses two fundamental problems: the defense by many that the origin of Portuguese is linked to Galician and not to vulgar Latin. Among the authors, we cite Bagno (2010) and Lagares (2008). For them, Portuguese originated from Galician, while the latter came from a Romance variety of the Latin vulgar formed in the Iberian Peninsula. Differently from what they defend: Diez (1863), Said Ali (1921), Vasconcellos (1911), Coutinho (1981), Ilari (2018) and Bassetto (2005), who admit that the basis of the formation of Portuguese is the *sermo vulgaris* itself. There is an explicit relationship between perspective of Bagno and Lagares and the thesis defended by Saraiva (1837). On the other hand, the position of the other authors follows the thesis of Campos (1843). From this clash, we maintain the defense that the Romance languages derived from current Latin that spread throughout the vast Roman Empire.

Keywords:

Latin. Philology. History of the Portuguese Language.

1. Introdução

Qual a real origem da língua portuguesa? Eis uma pergunta da qual se disse muito, porém ainda causa certa estranheza no meio acadêmico. Há duas tradições: uma que prega que o português teve sua origem no latim vulgar. Outra que diz que não. O português teria se originado de línguas antigas faladas na península ibérica antes da invasão dos romanos (tais como a língua galega), ou em palavras mais fortes, o português veio da língua grega.

Seja de um modo ou de outro, será necessário mobilizar uma série de leituras que possam corroborar com esta ou aquela tradição. Na esteira da primeira perspectiva, mais amplamente aceita, situam-se romanistas tais como: Diez (1794–1876), Schleicher (1821–1868), Meyer-Lübke (1861–1936) e Franz Bopp (1791–1867), num retorno ao passado, e Bassetto (1935) e Ilari (1943), mais recentemente. Estes e aqueles autores partilham da aceitação de que as línguas românicas podem ser comparadas através do método histórico-comparativo ao latim vulgar, de acordo com os pressupostos da Linguística Histórico-Comparativa, aliado aos estudos da Filologia Românica.

Entre os autores tidos como clássicos, citam-se as obras, por exemplo, de Diez (1863), Vasconcellos (1911), Said Ali (1921), Sousa da Silveira (1960), Coutinho (1981), Silva Neto (2004), Teyssier (2014), Ilari (2018) e Bassetto (2005), que advogam que o português é uma das línguas neolatinas, juntamente com o *espanhol*, o *italiano*, o *francês*, etc. Nesse sentido, a língua portuguesa é formada a partir da evolução linguística do latim vulgar, que se desenvolveu na península ibérica. Esta posição é defendida na obra *A língua portuguesa é filha da latina, ou refutação da memória em que o senhor patriarca eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*, escrita por Francisco António de Campos (conhecido por Barão de Villa Nova de Foscôa), em 1843.

Campos (1843) entrou numa querela com D. Francisco de São Luiz Saraiva (chamado de *Cardeal Saraiva*), pois este último havia escrito a *Memória em que se pretende mostrar, que a Língua Portuguesa não he filha da Latina, nem esta foi em tempo algum a língua vulgar dos Lusitanos*, em 1837, em que negou a filiação do português ao latim – sem se referir a variedade vulgar. A perspectiva de Saraiva segue a mesma linha de pensamento do gramático Duarte Nunes de Leão (1530–1608), que pregoava uma distinta origem do idioma lusitano, argumentando ser uma língua tão perfeita quanto a latina, porém não dela originada.

Mais modernamente, citam-se Bagno (1961) e Lagares (1971), que defendem que o idioma lusitano veio do galego e não do latim vulgar. Em argumentos recentes, Bagno (2010) e Lagares (2008) buscam rastrear a origem do idioma dos portugueses, realizando uma incursão historiográfica em escritos antigos, valendo-se de uma crítica ao termo híbrido *galego-português*, tido como uma incoerência histórico-linguística, isto é, um anacronismo. Certamente que tal posição encontrará neste e noutros estudos um posicionamento contrário.

Neste estudo, busca-se, entre outras metas: compreender os conceitos de *língua morta* e *língua viva* de acordo com o postulado teórico de Coutinho (1981); visitar o tema a partir das obras de Saraiva (1837) e Campos (1843), assim como em estudos recentes; por fim, problematizar acerca da origem da língua portuguesa, numa comparação entre duas perspectivas teóricas. Trata-se, portanto, de um estudo bibliográfico e descritivo, em que são revisitadas duas lições do séc. XIX a partir de edições fac-símiles disponibilizadas na Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Além disso, faz-se uma breve revisão da literatura com outras fontes.

2. *Línguas vivas, mortas e extintas*

Em *Pontos de gramática histórica*, Coutinho (1981) assim esclarece sobre a tipologia das línguas quanto ao uso:

VIVAS, as que estão servindo de instrumento diário de comunicação entre os indivíduos de uma nação, como o *português*, o *francês*, etc.

MORTAS, as que já não são faladas, mas deixaram documentos escritos, como o *latim* e o *grego* literários.

EXTINTAS, as que desapareceram, sem deixar memória documental, como o *indo-europeu*. (COUTINHO, 1981, p. 27)

Por essa categorização, que é amplamente aceita no meio acadêmico, o latim é uma *língua morta*. Não obstante, isso não é um tema apascentado, basta citar, entre outros trabalhos, a discussão feita por Mendes, Medeiros e Oliveira (2017) e Souza (2017). Para os autores, assim como para Cristóforo-Silva (2002), o latim é, sem dúvida, uma língua morta, que foi utilizada por um determinado povo, mas que hoje não serve mais como veículo de comunicação diária ou quaisquer outras atividades comunicativas, a despeito de seu uso nos ritos religiosos ou uso particularizado na ciência. Para Souza (2017), o latim utilizado no Vati-

cano, por exemplo, é um idioma profundamente artificializado, tendo em vista a criação de neologismos que visam preencher lacunas no sistema. O latim que aparece nas magias da franquia do *Harry Potter* não pode ser considerado uma língua viva, mas apenas um conjunto de formas ou criações lexicais, isto é, neologismos (SOUZA, 2017).

Sobre a difusão do latim pelo vasto império romano, cabe salientar que, sendo o *sermo urbanus* (isto é, o latim clássico ou literário), nos termos de Coutinho (1981), Williams (2001), Sílvio Elia (2004) e Bassetto (2005), não foi a variedade da língua que deu origem aos idiomas românicos, haja vista ser um idioma inalterado, estilisticamente já estabelecido, não mutável.

Por outro lado, o *sermo vulgaris* (quer dizer, o latim vulgar ou corrente), por ser a modalidade empregada pelas camadas populares, falada por aqueles que estavam despreocupados com uso gramatical, era suscetíveis às mudanças linguísticas. Além disso, foi esta variedade do latim que se dialetou na România (COUTINHO, 1981; ELIA, 2004; BASSETTO, 2005).

Com o advento dos estudos da Filologia Românica (ou Linguística Românica), temas tais como o processo de fragmentação da România, o surgimento dos romances, a dialeção do latim, as línguas românicas e sua conseqüente transformação em línguas neolatinas, foram melhor compreendidos (ILARI, 2018). Graças a esta área, aceita-se que o latim que deu origem aos idiomas românicos não poderia ser outro senão a variedade vulgar, e não a clássica. De acordo com Ilari (2018), a comparação entre línguas vivas, foi o que permitiu a verificação da origem de um léxico comum: o latim vulgar. Vejam-se os seguintes exemplos:

Tabela 1: Amostras do *Appendix Probi*.

	Latim clássico	Latim vulgar	Português
1.	angulus	anglus	ângulo
2.	auris	oricla	orelha
3.	oculus	oclus	olho
4.	auctor	autor	autor
5.	socrus	socra	sogra
6.	rivus	rius	rio
7.	viridis	virdis	verde
8.	formica	furmica	formiga
9.	articulus	articlus	artigo
10.	speculum	speclum	espelho
11.	senatus	sinatus	senado

Fonte: *Appendix Probi* (Apud SILVA NETO, 2004, p. 221-5)

Como se pode notar nessas amostras, a maior parte das formas do português tem origem no latim vulgar – ressaltando-se que passaram por processos de alterações fonéticas, as quais se entende por *metaplasmos* –, enquanto outras formas clássicas, tais como *formica* e *sentatus*, em menor número, chegaram ao idioma luso, deixando vestígios de sua origem.

Exemplos como *bucca* (lat. vulg.) e *os* (lat. clás.) – *boca* (port.) ou *bella* (lat. vulg.) e *pulchra* (lat. clás.) – *bela* (port.) – são casos em que se nota o abismo que havia entre as formas populares e a língua literária. Silva Neto (2004) e Coutinho (1981) são taxativos: as formas vulgares tiveram maior aceitação pelas camadas populares que faziam uso de um latim menos rígido, que admitia reduções morfológicas e alterações fonéticas e sintáticas de toda ordem.

Sobre esse assunto, Nascentes (1954) esclarece que através da Filologia Românica é possível estudar tanto uma forma latina até se chegar às formas nas línguas românicas, ou o inverso, quer dizer, das formas românicas se chegar à forma latina original. Além disso, como assevera Faraco (2006), por meio do método histórico-comparativo também se pode verificar as variações e mudanças linguísticas que o latim vulgar passou. Aliado a isso, há ainda a possibilidade do estudo das consequências das invasões bárbaras, da força do contato linguístico (substratos, superstratos e adstratos) sobre o latim e como isso afetou o léxico dos idiomas neolatinos.

3. A origem do português: uma revisão filológica

Nesta seção, resumidamente, duas perspectivas serão destacadas: de uma lado a que se admite a filiação do português ao latim vulgar e outra que pressupõe outra origem.

Em sua *Memória*, Saraiva (1837) faz várias ponderações, alegando que outras nações foram invadidas pelo império romano (e outros impérios), mas que isso não foi determinante para a imposição de uma nova língua no território conquistado, entre os quais cita: “O Egipto, por exemplo, foi sucessivamente subjogado pelos Persas, Gregos, Romanos, e Arabes” (SARAIVA, 1837, p. 5). Em seguida acrescenta que o mesmo se pode dizer: “acerca dos Hebreos. Elles forão igualmente conquistados pelos Gregos, e ficarão sujeitos ao seu imperio pelo mesmo espaço de tempo” (SARAIVA, 1837, p. 7) e, mesmo assim, não adotaram a língua grega, conservando seu próprio idioma através dos séculos.

Para o autor, essas são explicações que asseguram sua posição: a de que a língua portuguesa não seria filha da latina porque não haveria, segundo ele, explicações razoáveis para que isso fosse aceito. Para o autor, os portugueses jamais adotaram o latim como língua vulgar, antes permaneceram com sua língua de origem. Do mesmo modo como os árabes que invadiram a península ibérica e, mesmo com o contato com povos de línguas diferentes, não adotam nenhuma delas, nem mesmo a latina. Por fim, afirma:

[...] hum povo, huma nação inteira, não póde mudar de huma para outra linguagem, maiormente se ellas tiverem diferente genio, indole, e caracter, sem que primeiro se faça hum total e substancial transtorno e transformação em suas idéas e sentimentos. (SARAIVA, 1837, p. 18)

Nas palavras do autor, o povo português não admitiu tal mudança, rechaçando a cultura romana, permanecendo com a sua própria língua. Sem sombra de dúvidas, que essas reflexões causam estranhamento, ainda mais quando se observa a história da formação do reino português, bem como a herança linguística que se tem provas nos inúmeros documentos em que a língua portuguesa revela uma relação de parentesco linguístico com o latim (TEYSSIER, 2014). A história da língua portuguesa mostra o quão foi importante o latim para a constituição do léxico português, bem como para a sintaxe, morfologia e semântica (BASSETTO, 2005). Remover o latim dessa história é desconstruí-la e apagá-la completamente.

Saraiva (1837) aponta que são poucas as palavras propriamente latinas que se podem perceber no português, e que sua presença foi motivada pela infiltração no léxico através da ação dos “escriptores”. De acordo com seus argumentos:

Todos sabem quanto os nossos primeiros escriptores, maiormente os do sec. XV. e XVI., trabalharão em formar, enriquecer, e polir o idioma patrio, á custa (digamos assim) da lingua Latina, tomando della tudo quanto lhes foi possível, e talvez mais do que permittia o differente processo e caracter dos dous idiomas. Se fosse necessario dar provas de huma cousa tão manifesta, bastaria lançar os olhos ás obras, que se escrevêrão em Portuguez, ou se traduzirão do Latim, principalmente des de o reinado de el-Rei D. João I. em diante. (SARAIVA, 1837, p. 31)

Desse modo, para o autor, bastaria retirar as palavras dos escritores para que se retirassem as marcas do latim no idioma luso. Em outras palavras, a herança latina seria puramente lexical. E afirma também:

Vê-se pois por tudo o que temos substanciado nos precedentes paragrafos, que não são tantos, como vulgarmente se presume, os vocabulos Portu-

guezes, que em rigor se possuem ter como derivados do Latim. Mas nós dissemos, além disso, e agora repetimos, que muitos desses mesmos, que em realidade nos vierão d'aquelle idioma, não servem para provar a supposta filiação, e disto daremos brevemente o principal fundamento. (SARAIVA, 1837, p. 31)

É inegável que houve uma *relatinização* do português por parte dos prosadores na literatura no séc. XV, pela falta de certos vocábulos ou pelo desejo de refinamento da sintaxe, porém isso não significa dizer que as palavras já não pertencessem ao latim em sua origem. O que se buscou, de acordo com Cardeira (2009), foi a reincorporação de formas latinizadas, muitas vezes, mais próximas às formas clássicas do que as vulgares já presentes na língua. Tudo isso ocorreu em virtude de o latim ser o modelo de língua ideal. No processo de *gramatização* das línguas, foi o *sermo urbanus* o protótipo (AUROUX, 2009).

Saraiva (1837) informa, ainda, que a maior parte das palavras portuguesas vieram de línguas primitivas anteriores à conquista romana da península ibérica, porém ele não chega a citar quais foram elas com maior precisão, exceto quando destaca a origem grega de grande parte do vocabulário luso. Segundo o autor, como se pode constatar, o fato de haver certas palavras latinas não implicaria em uma filiação direta, pois de mesmo modo, para ele, apesar da presença de palavras árabes, por exemplo, não se pode dizer que o português veio desse outro idioma.

Noutra posição mais recente, como já foi apontado aqui antes, Bagno (2010, p. 35) declara:

O que aprendemos e ensinamos no Brasil e em Portugal até hoje nas aulas de história da língua portuguesa é uma falácia histórico-geográfica: ‘o português vem do latim’. Nada disso: o português vem do galego. O galego é que é, sim, uma língua derivada da variedade de latim vulgar que se criou no noroeste da Península Ibérica.

De acordo com o linguista, o termo *galego-português* deveria ser abolido, porque não faz *jus* a história da língua dos lusitanos. O que se compreende por esse termo, na verdade, seria uma falha cronológica, pois a Galiza e o dialeto que lá se formou vem antes do reino português e, nesse sentido, a separação posterior entre galego e português, com a constituição do reino lusitano, teve motivações políticas: “A questão política vai ser determinante para designar as línguas” (BAGNO, 2010, p. 35). O autor conclui assim:

O português, portanto, não ‘veio do latim’. A língua que tem esse nome, português, é na verdade a continuação histórica, com outro nome, da lín-

gua românica que se desenvolveu na região desde sempre chamada Galécia-Galécia-Galiza, ou seja, do galego. (BAGNO, 2010, p. 37)

A mesma posição é partilhada por Lagares (2008), que apoiando-se nos argumentos do gramático *Duarte Nunes de Leão* (séc. XVII), já admitia que o português havia se apropriado integralmente do galego, sendo dele constituído. E a razão para a Galiza não ter o mesmo “peso” de Portugal é que nesta última nação havia reis e naquela não. Lagares (2008) acrescenta que a história da formação do português mostra a filiação dela com o galego, mas que isso foi apagado, talvez inconscientemente, por aqueles que almejaram trazer para o idioma lusitano o *status* que o latim detinha. Nos termos do autor:

A diferença fundamental com o galego-português – de extraordinárias consequências políticas e linguísticas – residiria no fato de que no nosso caso o ‘dialeto’ a partir do qual se constitui a ‘língua’ ficou fora das fronteiras nacionais, como variedade não oficial de um outro Estado. (LAGARES, 2008, p. 69)

A separação geográfica entre Portugal e a Galiza, bem como a separação linguística que se estabeleceu entre os séculos seguintes a formação do reino português a partir do séc. XIII, fez com que se abrisse um abismo linguístico entre as línguas, no início ligadas por uma mesma origem. Como aponta Areán-García (2011), a origem comum entre os idiomas não é contestada na literatura. A diferença entre as variedades surge de uma motivação político, cultural, geográfica e histórica. Informa a autora: “A partir do século XIV, a separação política e cultural do rio Minho se intensificou e ficou marcada por duas variedades distintas: o português e o galego”, inicialmente, unos (AREÁN-GARCIA, 2011, p. 12). E assim conclui:

Enquanto o português veio a ser a expressão de um povo em expansão política, territorial, econômica e cultural, o galego, em contrapartida, se transformou em expressão coloquial de um povo reprimido diante do domínio castelhano, sofrendo influências deste e de outras línguas trazidas pela peregrinação a Santiago de Compostela, tais como o catalão, provençal e francês, dentre outras no seu desenvolvimento. (AREÁN, GARCIA, 2011, p. 13)

As posições de Lagares e Bagno são próximas à linha do que apontou Saraiva e vão contra ao que se postula até então: para eles, o português não procede do latim. Seja como for, esses autores buscaram mostrar, por meio de uma perspectiva historiográfica, uma hipótese que nega o que se produziu até então. Vidos (1996, p. 236), por exemplo, esclarece:

[...] o português, nascido do galego-português (na Lusitânia Setentrional), com a independência política se converteu numa língua românica, enquanto o galego (falado na antiga Província de Galiza e no extremo noroeste da Espanha), sem independência política, permaneceu como dialeto espanhol, apesar de ter formado em sua fase mais antiga uma unidade com o português e de quase não se distinguir a língua dos trovadores galegos [...].

Em consonância ao que propôs Vidos, Botelho (2010, p. 2472) reafirma que, na península ibérica, logo após um momento de

[...] caos linguístico, estabelece-se uma língua românica de natureza lusitana – uma protolíngua galaico-portuguesa – por volta do Séc. IX, que, em consequência da fundação de Portugal no início do Séc. XII, é tomada como língua portuguesa (português arcaico – galego-português); depois, toma a forma de português moderno por volta do Séc. XVI, que se estende até os dias atuais. (BOTELHO, 2010, p. 2472)

Nesse sentido, o galego não originou o português, mas sim junto dele se formou. A filiação com o latim vulgar é, portanto, mantida, com a indicação de uma relação entre uma língua, de um lado, e um dialeto, do outro. Os argumentos de Vidos e Botelho sintetizam muito bem o problema que é fazer a separação linguística entre os dois. É importante frisar que entre o latim vulgar e o português há um espaço de séculos, o que inclui um processo longo de alterações de toda sorte.

Em uma posição diferente, Campos (1843) retoma a mesma compreensão de vários romanistas antes mencionados, que se apoiam nos estudos filológico-linguísticos, que admitem a filiação latina. Dada a robustez dos documentos em latim clássico e aos *corpora* do latim vulgar (mesmo em menor quantidade), é possível depreender as formas latinas que originaram as formas vernáculas. Em uma ligeira comparação como que se fez na seção anterior, se pode perceber as similaridades entre o latim vulgar e o português. Além disso, não se pode negar o processo de romanização da península ibérica, bem como a força que esse processo exerceu sobre a cultura, religião e formação social (BASSETTO, 2005).

Campos (1843) problematiza, entre outros pontos da *Memória*, a falta de argumentos sólidos para sustentarem a negação da filiação. Para ele, o fato das sucessivas invasões de regiões tais como o Egito por outros povos de línguas diferentes, como o grego, por exemplo, não ter sido suficiente para impor um julgo linguístico sobre o egípcio, não seria igualmente válido para o que ocorreu na península ibérica, onde o império romano se sobrepôs sobre outros povos e, com isso, sua língua.

Em uma de suas primeiras críticas, informa o autor:

[...] quaesquer que sejam os esforços dos escriptores, para darem á lingua toda a perfeição de que é susceptivel, seus trabalhos não poderão ser coroados de feliz successo se for desconhecida a sua origem, de que dependem em grande parte seu genio e sua estrutura. (CAMPOS, 1843, p. 03)

O tom da linguagem do texto é cortês, mas o autor não esconde sua posição contrário aos argumentos levantados por Saraiva. Daí em diante, há uma lista extensa de comentários desfavoráveis ao que postulou este último. Inicialmente, alega que na península ibérica duas línguas passaram a conviver, a céltica e a latina. O latim suplantou a céltica e dela restou somente influências lexicais.

Outro ponto de sua crítica diz respeito ao léxico do português, que para ele, é de base latina, acima de quaisquer outros vestígios, “porque o latim ficou prevalecendo sobre todos os dialectos peninsulares, como teremos ocasião de ver.” (CAMPOS, 1843, p. 4). Há, por ventura, resquícios da língua celta, como força de *estrato linguístico*.

Além disso, Campos critica a posição de Saraiva, quando este argumenta que o latim nunca foi a língua vulgar da região da península ibérica. Para o autor, não só o latim era a variedade vulgar como também a própria cultura e religião eram romanas. Afirma, ainda, que as demais línguas vizinhas, o catalão e valenciano são igualmente filhas do latim. Nos termos de Ilari (2018) e Coutinho (1981), os povos das regiões conquistadas pelo império romanizaram-se e, assim, abraçaram o cristianismo e a língua dos romanos.

Sobre o que se disse sobre outros casos de invasões que outras nações sofreram ser o mesmo caso da conquista romana da península ibérica, assim argumenta o autor, negativamente:

O exemplo dos hebreos, que dominados por gregos e romanos, conservaram sempre a sua lingua, não é mais concludente. Os hebreos eram um povo não só opprimido, mas despresado; a sua unica consolação, no vexame de seus oppressores, era a religião de seus pais; o odio que professavam a seus tyrannos lhes vedava adoptarem a sua lingua, abandonando a de seus livros sagrados. (CAMPOS, 1843, p. 10)

Ora, a não aceitação do julgo grego ou romano por parte dos hebreus tem mais a ver com uma posição religioso-cultural do que com um processo puramente linguístico. Muitas nações adotaram o latim (e tudo quanto fosse romano) por interesses de variadas natureza, inclusive o religioso (tendo o império romano adotado o cristianismo, as regiões conquistadas foram forçadas, pela força do momento que viviam, a seguir os mesmos princípios e ritos) e, especialmente, linguístico (uma vez que a

comunicação entre as pessoas com outras de várias partes do império tinha de ser em *sermo vulgaris* (BASSETTO, 2005).

Sobre as línguas românicas, é preciso ressaltar que são aquelas que preservam vestígios do latim, na morfologia, no léxico, na sintaxe ou na semântica (COUTINHO; 1981; VIDOS, 1996). E, de acordo com Silva Neto (2004), o latim vulgar deve ser entendido como o *substrato* principal da constituição dessas línguas. Em suas palavras: “Do substrato das línguas românicas deve dizer-se, simplesmente, que foi o *latim*, o verdadeiro *latim*, isto é, língua *viva e corrente*” (SILVA NETO, 2004, p. 34), enfim, as línguas românicas vieram do latim vulgar.

Seguindo pressuposto levantado, com segurança, se pode afirmar que: “o latim vulgar esteve submetido incessantemente a alterações. Foi desse latim vulgar, evoluído gradualmente, de onde começaram a formar-se as línguas que hoje denominamos românicas ou neolatinas (MIRANDA POZA, 2019, p. 29). Em outras palavras, desse latim “procedem os diversos idiomas chamados românicos, romances ou neolatinos” (SAID ALI, 1921, p. 1).

É preciso levar em consideração o que diz o célebre filólogo:

As línguas neolatinas não se derivam diretamente do latim, mas entre aquelas e este houve os vários *romances* – assim se chamavam as modificações regionais do latim –, dos quais saíram então as línguas românicas. (COUTINHO, 1981, p. 43)

Não há, como se sabe, uma data exata entre o fim do latim vulgar e começo da formação dos *romances*. Contudo, é certo que houve um processo de continuidade de um falar comum nas regiões conquistadas por Roma. Desde a queda do império romano no séc. V d. C. e as sucessivas invasões por povos bárbaros, os romances que daí resultaram através dos inúmeros contatos linguísticos, favoreceram a formação de dialetos, que depois se constituíram em línguas nacionais (ILARI, 2018; BOTELHO, 2010).

Além dos já citados idiomas formados num período que vai do séc. IV ou V até IX ou XI d. C. (*português, italiano, espanhol e francês*), há outros: *sardo, romeno, dalmático, reto-romano, provençal e catalão*, segundo Coutinho (1981) e Botelho (2010) e, mais outros dois, *ladino e franco-provençal*, de acordo com Vasconcellos (1911). Diez (1863), por sua vez, inclui também o *valáquio* entre os idiomas formados do latim vulgar. Note-se que somente Sousa da Silveira (1960) menciona o *galego* como língua neolatina. Para os demais, porém, ele é tido como um diale-

to restrito à Galiza que pouco influenciou na constituição do espanhol, *apesar* do contato linguístico mantido com ele.

Tôdas estas línguas e dialetos originaram-se do latim; não do latim literário, que em muitos pontos era linguagem artificial, e sim do latim vulgar, isto é, da linguagem viva, do latim falado. (SAID ALI, 1921, p. 17)

Encerra-se essa seção com um questionamento as palavras de Campos (1843):

[...] penso que ninguém duvidará que a língua portuguesa é filha da latina; e como poderia deixar de o ser, se, em grande parte, a nossa legislação, nossos costumes, nossas cerimônias religiosas e até nossos prejuízos nos vem dos latinos? (CAMPOS, 1843, p. 79)

Em suma, a filiação latina não pode ser negada ou distorcida e para a comprovação disso, basta observar a história da língua a partir dos autores clássicos e modernos, mas, mais especificamente, o que está posto na literatura sobre o tema. Contra os fatos, não há contradito.

4. Considerações finais

Este artigo não teve a pretensão de esgotar o tema, muito menos fazer uma crítica aos autores e seus postulados teóricos, mas sim a de fazer uma reflexão sobre duas hipóteses, de certa maneira, conflitantes. Entre as duas propostas discutidas, a de que o latim vulgar deu origem aos idiomas românicos é a que mais fielmente se apoia nas descobertas da Filologia Românica, bem como é que mais argumentos sólidos podem ser considerados, pela abundância dos estudos.

Há ciência de que o português não poderia ter se formado diretamente do *sermo urbanus* de Cícero e Virgílio, porque nesse caso, haveria um lapso temporal de muitos séculos. Além disso, a língua de Virgílio é da literatura, a de Cícero, a da retórica e da literatura. É uma língua morta, que vivia apenas na estilização e floreios dos discursos.

Por outro lado, o *sermo vulgaris*, a língua em movimento, que através de seus usos fluía como um rio, sujeito às pressões e forças desses usos, mudava e ia se alterando com o passar do tempo. Foi do latim vulgar que vieram os romances e estes geraram as línguas românicas, suas marcas são fartas, em todos os níveis da estrutura linguística. enfim, negar isso tudo é querer contar outra história da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREÁN-GRACIA, Nilsa. A divisão do galego-português em português e galego. *Revista Philologus*, ano 17, n. 49, p. 7-15, Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.usp.br/gmhp/publ/AreA7.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Unicamp, 2009.

BAGNO, Marcos. O português não procede do latim – uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego. *À busca do tesouro*, p. 34-39, Espanha, 2010.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. V. I. São Paulo: Edusp, 2005.

BOTELHO, J. M. Causas e consequências da dialeção do latim. *Cadernos do CNLF*, v. XIV, n. 4, p. 2460-2470, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2010. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2471-2481.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. Breve estudo da origem da língua portuguesa. *Revista Ave Palavra da UNEMAT*, v. Único, n. 1, p. 1-16, Campo Grande: UNEMAT, 2013.

CARDEIRA, Esperança. Revisitando a periodização do português: o português médio. *Domínios de Lingu@gem*, v. 3, n. 2, p. 103-120, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11508>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CAMPOS, F. A. *A lingua portugueza é filha da latina, ou refutação da memoria em que o senhor patriarcha eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*. Lisboa: Typ. M. J. Coelho, 1843. Disponível em: <https://purl.pt/43>. Acesso em: 10 nov. 2020.

COUTINHO, Ismael. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. Morte de língua ou mudança linguística? – Uma revisão bibliográfica. *Revista do Museu Antropológico*, v. 5-6, n. 1, p. 55-73, Goiás, jan./dez. 2002.

DIEZ, Friedrich. *Introduction of the grammar of the romance languages*. Tradução de C. B. Cayley. B. A. Londres: Williams and Norgate, 1863.

ELIA, Silvio. *Preparação à linguística românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2006.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Contexto, 2018.

LAGARES, Xoán C. Sobre a noção de galego-português. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade*, ano 35, p. 61-82, Rio de Janeiro: UFF, 2008.

MENDES, C. S.; MEDEIROS, N. R.; OLIVEIRA, T. S. A categorização linguística do latim na atualidade: uma questão controversa. *Cadernos do CNLF*, vol. XXI, n. 3, p. 16-29, Rio de Janeiro: CiFefiL, 2017. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxi_cnlf/cnlf/cnlf03/001.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MIRANDA POZA, J. A. *Apontamentos de linguística histórica: ensaios de filologia românica e filologia clássica*. Recife: UFPE, 2019.

NASCENTES, Antenor. *Elementos de filologia romanica*. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1954.

SAID ALI, M. *Grammatica historica da lingua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

SARAIVA, F. S. L. Memória em que se pretende mostrar, que a lingua portugueza não he filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos. *Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa, Classe de sciencias moraes e bellas letras*. t. XXII, part. 1, p. 1-43, Lisboa, 1837. Disponível em: <https://purl.pt/197>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA NETO, Serafim da. *História do latim vulgar*. Apresentação de Rosalvo do Valle. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

SOUZA, A. J. O latim do Vaticano: língua morta ou artificial?. In: _____. *Estudos clássicos em debate*. Pará de Minas: VirtualBooks, 2017. p. 10-23.

SOUSA DA SILVEIRA, A. F. *Lições de português*. Revisão crítica, em consulta com o autor, pelo prof. Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VASCONCELLOS, J. Leite. *Lições de philologia portuguesa dadas na Bibliotheca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Livraria Classica, 1911.

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de linguística românica*. Trad. de José Pereira da Silva; revisão técnica de Evanildo Bechara e Marlit Cavalcante Bechara. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Traduzido por Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2001.